



Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar

MÓDULO 11

Monitoramento e avaliação dos
processos de ensino e aprendizagem

Governador de Pernambuco
Eduardo Campos

Vice-governador
João Lyra Neto

Secretário de Educação
Anderson Gomes

Chefe de Gabinete
Roberta Kacowicz

Secretária Executiva de Gestão da Rede
Margareth Zaponi

Secretária Executiva de Desenvolvimento da Educação
Ana Selva

Secretário Executivo de Educação Profissional
Paulo Dutra

Convênio com a Universidade de Pernambuco – UPE
Reitor
Carlos Calado

Vice-reitor
Rivaldo Albuquerque

MÓDULO 11

Monitoramento e Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem

TEMAS NORTEADORES:

- **Avaliação e Monitoramento da Educação**
- **Participação da comunidade escolar, com ênfase no conselho escolar como agente de disseminação dos resultados da avaliação**
- **A Avaliação em Larga Escala no Estado de Pernambuco e suas Implicações para Políticas Educacionais**

C756 Pernambuco. Secretaria de Educação

Construindo a excelência em gestão escolar: curso de aperfeiçoamento: Módulo XI –
Monitoramento e avaliação dos processos de ensino e aprendizagem / Secretaria de Educação.
– Recife: Secretaria de Educação do Estado, 2012.

49 f. : il.

Programa de Formação Continuada de Gestores Escolares de Pernambuco – PROGEPE
Programa de Formação Continuada de Técnicos Educacionais – PROTEPE
Inclui bibliografia

1. ESCOLAS – ORGANIZAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO. 2. PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM. 3. ENSINO – AVALIAÇÃO. 4. EDUCAÇÃO – QUALIDADE. 5. EDUCAÇÃO – BRASIL, PERNAMBUCO. 6. PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE GESTORES ESCOLARES. 7. PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE TÉCNICOS EDUCACIONAIS. I. Título.

CDD 371.2
CDU 37.091

Sumário:

Módulo 11

Monitoramento e Avaliação dos Processos de Ensino e Aprendizagem

Para início de conversa.....	6
Temas Norteadores.....	7
Para saber mais.....	40
Na Prática.....	44
Comunidade Virtual de Aprendizagem.....	46
Dados biográficos - Conteudista.....	47

Para início de conversa

A qualidade da educação é um tema cada vez mais debatido no cenário educacional brasileiro. A partir da década de 1990, o Brasil passa a experimentar ainda mais a necessidade de se debruçar sobre a importância de promover o desenvolvimento da qualidade educacional.

Nesse sentido, as avaliações educacionais em larga escala se tornaram um instrumento fundamental para o acompanhamento deste desenvolvimento da qualidade da educação. Através de melhorias metodológicas nesses últimos 20 anos, a avaliação em larga escala foi se aprimorando cada vez mais, no sentido de aumentar sua capacidade de precisão quanto aos resultados.

Partindo de uma mensuração acerca do desempenho dos estudantes, as avaliações externas em larga escala fornecem um diagnóstico das habilidades e competências dos estudantes em cada etapa de escolaridade, fornecendo, assim, um ponto de partida para que mudanças nas práticas escolares, sejam elas administrativas ou pedagógicas, possam ter lugar.

Tendo em vista este cenário, a presente disciplina tem por objetivo trabalhar o conceito de avaliação, diferenciando seus tipos, bem como apresentar os objetivos, características, possibilidades e limites dessas avaliações. Serão discutidas a importância da construção de indicadores para a avaliação educacional, bem como a importância da utilização desses indicadores como fontes interpretativas para o diagnóstico de problemas educacionais.

Toda esta temática será vinculada a dois enfoques principais: a participação de conselhos escolares e a participação dos jovens estudantes nas avaliações.

TEMAS NORTEADORES:

- **Avaliação e Monitoramento da Educação**
- **Participação da comunidade escolar, com ênfase no conselho escolar como agente de disseminação dos resultados da avaliação**
- **A Avaliação em Larga Escala no Estado de Pernambuco e suas Implicações para Políticas Educacionais**

Temas Norteadores

APROFUNDANDO SEU CONHECIMENTO

A educação no Brasil sofreu grandes transformações nas últimas décadas. Embora as demandas sociais por melhorias da educação sempre tenham estado presentes no País, a vocalização aberta se deu (bem como muitos outros movimentos sociais) no período em que vivíamos o processo de redemocratização, que culminou com os debates da Constituinte. A Constituição de 1988 marcou a institucionalização de direitos e deveres da sociedade e, no que nos tange, direitos e deveres relacionados à educação, embora muitos deles ainda não tenham sido plenamente atingidos.

Outro ponto de apoio para a temática aqui apresentada, que também pode ser marcado com a Constituição de 88, é o da busca pela autonomia dos entes federados, com a respectiva definição sobre obrigações legais com relação aos sistemas educacionais. Com isso, foi possível um melhor planejamento dos orçamentos para a educação e um direcionamento mais preciso de políticas públicas, sejam elas globais ou focalizadas. O diálogo entre os três níveis executivos do País, municipal, estadual e federal, foi objetivado com as leis e diretrizes previstas na Constituição, o que permite melhor racionalização nos investimentos direcionados para o tema.

Com esse estofamento legal, a educação brasileira começou a efetivar o processo de democratização do ensino. Grandes mudanças foram realizadas na busca pela universalização do ensino básico no Brasil, em meados da década de 1990¹, marcando um processo que se iniciou na década de 1930. Embora ainda não tenhamos, estatisticamente, 100% de crianças em idade escolar matriculadas, estamos bem próximos dessa meta.

Entre a busca pela universalização do ensino básico e os recentes objetivos de universalização do Ensino Médio, o Brasil, através de diversas leis e diretrizes, buscou a melhoria da *qualidade* do ensino com base na *democratização* do acesso e da gestão, sempre tendo a *equidade* como norte. No entanto, entre a intenção legal e o que ocorre de fato, há uma distância. Os desafios postos com a universalização do acesso se

¹ A educação é uma variável de pouca elasticidade, sendo dificilmente alterada em seu comportamento. Com isso, se compararmos os avanços obtidos pelo Brasil na educação com países da OCDE, por exemplo, ainda ficamos muito atrás. No entanto, para efeito de ponderação, a Finlândia, líder em rankings do PISA durante muitos anos, iniciou seu plano nacional de educação em 1970. O Brasil, em 1996, ainda estava em busca da universalização do ensino básico.

multiplicaram. A evasão e a retenção dos estudantes são problemas reais da educação brasileira (SOARES, 2003). Embora esses problemas venham, aos poucos, se reduzindo, índices de distorção idade-série e médias obtidas em grandes avaliações ainda deixam a desejar.

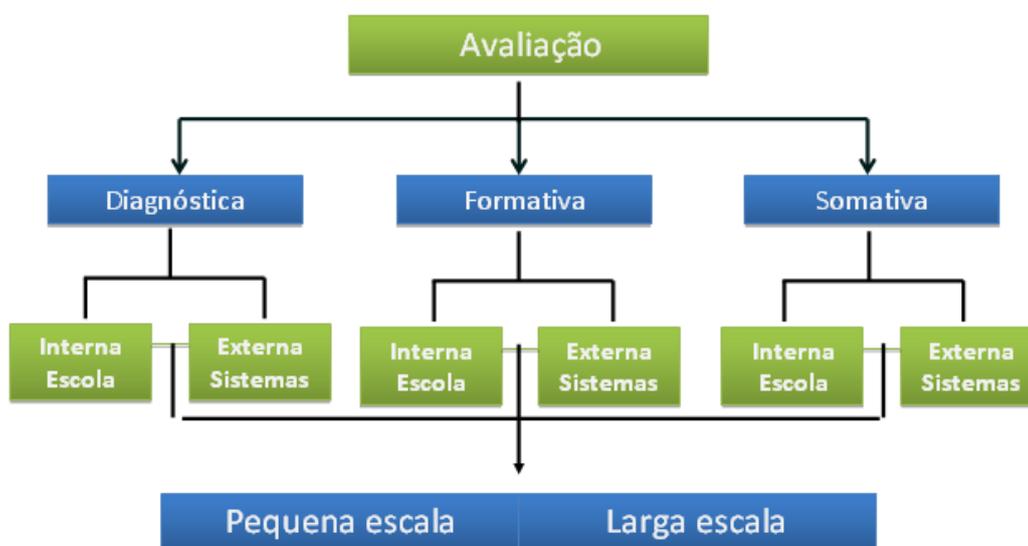
No entanto, entre o senso comum sobre a educação pública brasileira e seu funcionamento com relação ao desenvolvimento de capacidades e habilidades dentre os estudantes, parecia haver um vácuo que urgia por um acompanhamento sistemático e fidedigno. Para tanto, o Governo Federal criou os sistemas de avaliação em larga escala. É disso que trataremos a seguir.

Tema norteador 1:

AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO DA EDUCAÇÃO

A avaliação é, entre outras coisas, um instrumento componente de um diagnóstico do processo de aprendizagem do estudante. Podemos classificar, entre as muitas classificações possíveis, a avaliação entre: interna à escola e externa à mesma, tomando como referência o critério do agente avaliador, se externo ou interno à escola, ou escolas, que está (estão) sendo avaliada (s). As avaliações internas podem também ser chamadas de avaliações formais.

FIGURA 1 – Principais tipos de Avaliação



FONTE: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd

As avaliações formais são as que compõem as notas dos estudantes ao fim de cada segmento, podendo ser bimestres, trimestres, ou mesmo uma etapa/série. Elas ganham importância, uma vez que têm um atributo diagnóstico que pode, ao final de um período, definir um momento importante na vida escolar do estudante. Por isso, a avaliação interna deve ser composta, principalmente, de critérios bem definidos. De preferência, critérios abertos ao público que orbita o ambiente escolar.

Para Perrenoud (1996), em livro sobre diversos pontos relevantes da educação, o conceito de avaliação formal ou interna

[...] implica a organização escolar. Mesmo que seja elaborada pelo professor, uma vez esgotadas possíveis vias de recurso, a avaliação formal fixa oficialmente o nível de excelência reconhecido a cada aluno, seja para uma prova particular, para um período de trabalho ou em uma matéria definida, ou relativa ao conjunto do programa do curso escolar. (PERRENOUD, 1996, p. 122)

A avaliação formal deve estar escrita e formalizada, com relação à sua periodicidade, à sua difusão e com relação às suas consequências, como eventual retenção de estudantes em alguma etapa do progresso escolar, necessidade de apoio pedagógico e orientação escolar (Idem, 1996).

Com relação à questão do nível que a avaliação formal pode definir, o autor afirma ainda que, por mais objetivos que possam ser os critérios definidos pelo professor, não há como fugir à subjetividade no momento da avaliação. Por isso mesmo ele recomenda que haja pelo menos três objetos a serem avaliados ao longo de cada subperíodo (bimestres ou trimestres). Afinal, a classificação dos estudantes pode gerar estigmas que se complexificam ao longo da vida escolar, caso não seja bem apresentada aos estudantes.

A classificação dos estudantes pode gerar estigmas que se complexificam ao longo da vida escolar, caso não seja bem apresentada aos estudantes.

Perrenoud (1996) afirma, ainda, que os diversos sistemas escolares do mundo combinam suas avaliações da maneira que consideram convenientes. As “provas” podem ser aplicadas ao longo do curso, em pequenas avaliações parciais, ou podem ser padronizadas para todas as turmas de mesma etapa. Na avaliação formal, variam as formas de apresentação dos resultados (podendo ser letras, de A a E, por exemplo, em avaliação categórica, ou em escalas que podem variar de 0 a 10, ou de 0 a 100). Esses

tipos de avaliação podem variar de acordo com o segmento do estudante. Em alguns sistemas de ensino, as notas foram preteridas para os segmentos iniciais, dando lugar a conceitos. Fato é que se percebem algumas liberdades nessa lógica, raramente havendo uma uniformidade em todo o sistema.

Essa liberdade para definir os critérios de avaliação formal pode se confundir com arbitrariedade e subjetividade se os critérios não corresponderem às propriedades que deveriam ser seguidas nas avaliações formais, ou seja, de definição e publicização dos critérios de aprovação, reprovação, ou mesmo os significados dos padrões e notas que permitem tal diagnóstico. Afinal, o que significa estar “bem” em determinado componente curricular? O que significa uma nota 7 ou um conceito B? E quem define que 7 é suficientemente bom ou relativamente fraco para determinada disciplina? Como afirma Perrenoud (1996), o que as notas fazem é fornecer uma ordenação para que os estudantes progridam no curso e para que possam ser selecionados para níveis diferentes.

Esse ordenamento ganha complexidade ao longo do progresso escolar dos estudantes. Se nas séries iniciais se avaliam poucas disciplinas, que englobam diversos temas que são introduzidos paulatinamente aos estudantes, nos anos mais avançados o conhecimento vai ganhando em especificidade e as avaliações se multiplicam. No sistema escolar brasileiro, os estudantes de cursos nos segmentos iniciais compõem suas avaliações formais em disciplinas como Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais, Ciências. Nos segmentos avançados, como no Ensino Médio, essas disciplinas “fragmentam-se” de acordo com o acúmulo de conhecimento exigido e adquirido.

**Uma avaliação formal
sem o acompanhamento
do professor é um
instrumento vazio.**

De modo geral, as notas, conceitos ou diagnósticos são consequência de tratamento quantitativo dos resultados dos diversos trabalhos e atitudes que compõem a avaliação formal. Essa “técnica” para tratamento dos diferentes conceitos, normalmente, responde pelo nome de “Teoria Clássica dos Testes”, que afere o percentual de acertos em relação ao total de questões no teste. Seu princípio guia também as médias periódicas e as médias finais dos estudantes.

A avaliação formal tem a importância de captar a abordagem seguida pelo estudante para chegar à resposta e ao sentido do procedimento utilizado. E é a partir desse ponto que ela deve ser encarada como um instrumento que permita ao professor entender

processos cognitivos, consecução de metas, etc. Uma avaliação formal sem o acompanhamento do professor é um instrumento vazio.

Em complementaridade ao cotidiano interno das salas de aula e da relação professor-avaliação formal, há as avaliações diagnósticas de larga escala. Vale destacar essa ideia de complementaridade, visto que esse ponto é fundamental para entendermos a importância das avaliações externas em larga escala, pois elas não competem com as avaliações internas, mas as complementam. Enquanto a avaliação formal interna à escola permite o acompanhamento dos estudantes individualmente, a externa permite uma avaliação do desempenho escolar a partir de uma perspectiva mais ampla.

Enquanto a avaliação formal interna à escola permite o acompanhamento dos estudantes individualmente, a externa permite uma avaliação do desempenho escolar a partir de uma perspectiva mais ampla.

As avaliações externas podem assumir diversas formas, em função dos seus objetivos variados como: autoavaliação, certificação, credenciamento, diagnóstico e prestação de contas². A mesma avaliação pode ter mais de um objetivo. O ENEM é um exemplo de avaliação que apresenta mais de um objetivo como: autoavaliação, certificação, credenciamento e diagnóstico.

O ENEM é um exemplo de avaliação que apresenta mais de um objetivo como: autoavaliação, certificação, credenciamento e diagnóstico.

Autoavaliação: algumas avaliações visam a oferecer uma referência para que pessoas, em uma situação homogênea, possam proceder a sua autoavaliação com vistas a escolhas futuras, tanto em relação ao mercado de trabalho, quanto em relação à continuidade dos estudos. Nesse caso, trata-se de um instrumento que permite a comparação de cada um com seus

² Como afirma o cientista social Rubem Barbosa, sobre o embate entre os detratores da avaliação externa e seus defensores, “O Brasil é hoje, dizem os defensores dessa posição [de prestação de contas do Governo com a sociedade], uma sociedade democrática, de massas, e tal como em outros países modernos e avançados, os governos devem prestar contas de sua eficácia e de seus planos à sociedade, ou indicar os responsáveis pelas políticas sociais. E, para isto, as avaliações são um instrumento técnico indispensável e definitivo.” Como afirma, depois, Barbosa, os benefícios da avaliação de larga-escala não chegam a tanto, mas, sem uma avaliação externa, podemos estar negando patamares básicos de aprendizagem às crianças e aos jovens em idade escolar. (BARBOSA, Rubem, no prelo)

pares e iguais, ou seja, com aqueles que se encontram na mesma situação. A autoavaliação não se dá pela referência a uma medida absoluta ou fixa, mas ao quadro móvel e relativo de habilidades e competências construído por uma população com alto grau de homogeneidade. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) constitui exemplo de avaliação com esses objetivos.

Certificação: algumas avaliações permitem àqueles que nelas têm um bom desempenho ter um reconhecimento formal das habilidades e competências que demonstraram possuir. Em alguns casos, o resultado dessa avaliação autoriza que uma pessoa venha a ser reconhecida como detentora de um determinado nível de estudos (conclusão do Ensino Fundamental, Médio ou Superior) ou da competência para o exercício de alguma atividade profissional.

Credenciamento: com esse objetivo, encontram-se as avaliações que visam a selecionar, como os exames praticados nos concursos públicos e nos vestibulares. Tais avaliações ordenam os indivíduos pelo domínio de determinados conhecimentos, habilidades ou competências, habilitando os melhores à passagem para níveis superiores de ensino ou ao exercício de determinada atividade profissional. Trata-se, portanto, de uma avaliação que hierarquiza e ordena, para que os que estão no topo possam ocupar posições escassas ou reguladas, na universidade ou no mercado de trabalho.

Diagnóstico: a maior parte dos sistemas de avaliação da educação básica tem o objetivo de realizar diagnósticos, sejam dos sistemas de ensino, de programas ou mesmo do próprio aluno. As avaliações diagnósticas destinam-se a fornecer informações aos gestores, diretores e professores sobre o desempenho dos alunos, das escolas e dos sistemas de ensino, assim como avaliar políticas e práticas educacionais, de modo a se compararem os resultados com os objetivos estabelecidos ou esperados. Com base nesse diagnóstico, torna-se possível alterar ou aperfeiçoar um conjunto variável de procedimentos, de modo que os objetivos possam ser de fato alcançados.

Rendição de Contas: a todas as avaliações externas pode ser agregado ainda um outro objetivo, que é a rendição de contas. Nesse caso, os resultados das avaliações são amplamente divulgados, para que a sociedade deles tome conhecimento e possa participar ativamente na melhoria dos processos em avaliação. Desse modo, os resultados deixam de ser tratados apenas por especialistas, fornecendo informações objetivas e claras para um produtivo debate dentro da sociedade a respeito de seus programas e objetivos.

No Brasil, os sistemas de avaliação foram criados, ainda nos anos 1990, com o intuito de construir um diagnóstico da qualidade da educação no País. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) foi o primeiro sistema, com provas bianuais realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) e composto por seis elementos: testes de Língua Portuguesa e Matemática e quatro questionários contextuais, preenchidos pelos estudantes, professores, coletores de dados da escola e diretores.

Apesar de alguma polêmica gerada entre os educadores brasileiros, os sistemas de avaliação de larga escala têm ganhado importância e reconhecimento no Brasil. Essa qualidade de avaliação não tem por objetivo unificar a educação nacional ou centralizar as decisões, “[...] porque elas dizem respeito a resultados que deveriam ser alcançados quaisquer que sejam as diferentes concepções a respeito do processo pedagógico” (BARBOSA, s.d.,p.3)³. O autor completa ainda que, mesmo com todas as eventuais críticas que os sistemas possam sofrer, “o que é impossível é deixar o estudante na ignorância destas operações básicas que as avaliações em larga escala pretendem mensurar [...] E, se queremos medir esta proficiência básica de nossos estudantes, em nível nacional, não há como recusar uma avaliação quantitativa.” (Idem, op. cit., 3)

Os testes são construídos a partir de matrizes de referência com habilidades e competências básicas, conforme a etapa escolar em que se encontra o estudante.

Na elaboração das matrizes de referência do Saeb, optou-se pela estratégia de definir descritores, concebidos e formulados para identificar os níveis de desempenho dos alunos por meio dos itens das provas. Para garantir a inclusão de itens referentes a todos os descritores, os testes do Saeb são organizados de modo que alunos diferentes fazem testes diferentes, mas com itens comuns. A proficiência dos alunos é obtida após o ajuste de um modelo de três parâmetros da teoria de resposta ao item. (SOARES, 2003, p. 91)

Em função de uma matriz de referência possuir diversos descritores e diversas habilidades pressupostas para a etapa em que se está aplicando a avaliação, um teste que abarcasse todos os descritores seria extremamente exaustivo para um estudante cumprir. Por isso, os itens referentes aos diferentes descritores são aleatorizados em provas de mesmo grau pressuposto de dificuldade. Assim, a padronização e a categorização das notas permitem que se chegue às médias por escola. O IDEB, por exemplo, é um índice

³ Rubem Barbosa afirma ainda que “Ao contrário da homogeneização, da imposição de uma maneira específica de conduzir o processo educativo, a avaliação pode capturar, precisamente, a diversidade e a pluralidade destas concepções de princípio ou metodológicas, e democratizar as experiências mais exitosas. (BARBOSA, s.d., p. 3)

que se vale dessas médias, sintetizando estas duas informações: fluxo escolar e média de proficiência obtida nas avaliações.

FIGURA 2 - Exemplo de Matriz de Referência do SAEPE

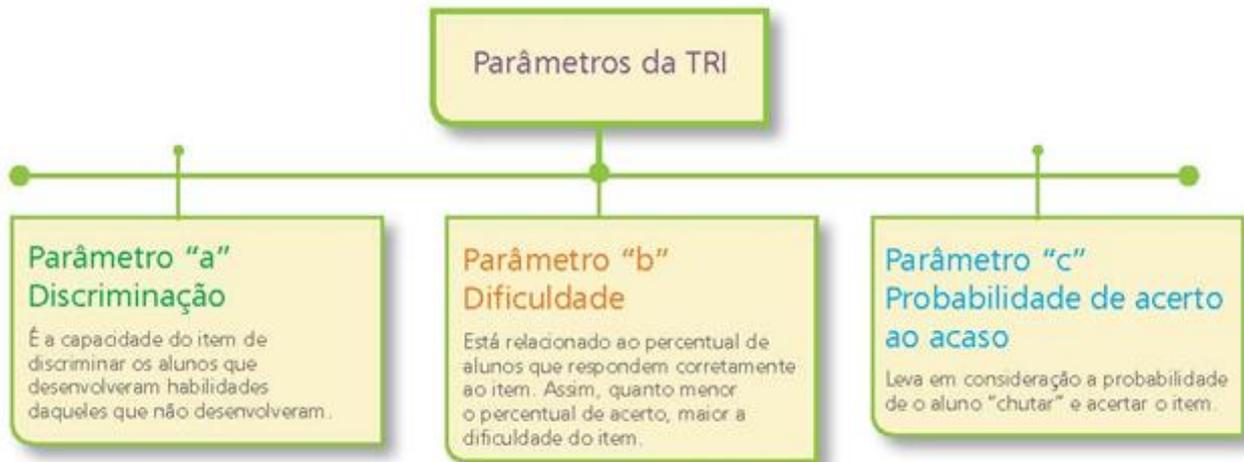
MATRIZ DE REFERÊNCIA - SAEPE LÍNGUA PORTUGUESA - 4ª SÉRIE / 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL TÓPICOS E SEUS DESCRITORES	
TÓPICO I - PRÁTICAS DE LEITURA	
D6	Localizar informação explícita em um texto.
D7	Inferir informação em um texto.
D8	Inferir o sentido de palavra ou expressão a partir do contexto.
D9	Identificar o tema central de um texto.
D10	Distinguir fato de uma opinião.
D11	Interpretar textos não-verbais e textos que articulam elementos verbais e não-verbais.
TÓPICO II - IMPLICAÇÕES DO SUPORTE, DO GÊNERO E/OU DO ENUNCIADOR NA COMPREENSÃO DO TEXTO	
D12	Identificar o gênero do texto.
D13	Identificar a finalidade de diferentes gêneros textuais.
TÓPICO III - COESÃO E COERÊNCIA	
D16	Estabelecer relação de causa e consequência entre partes de um texto.
D17	Estabelecer relações lógico-discursivas entre partes de um texto, marcadas por locuções adverbiais ou advérbios.
D18	Reconhecer relações entre partes de um texto, identificando os recursos coesivos que contribuem para sua continuidade (substituições e repetições).
D21	Reconhecer o conflito gerador do enredo e os elementos de uma narrativa.
TÓPICO IV - RELAÇÕES ENTRE RECURSOS EXPRESSIVOS E EFEITOS DE SENTIDO	
D22	Identificar efeitos de humor no texto.
D23	Identificar efeitos de sentido decorrente do uso de pontuação e outras notações.
D26	Identificar as marcas linguísticas que evidenciam o locutor e/ou o interlocutor.

FONTE: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd

Teoria de resposta ao item - TRI

A teoria de resposta ao item (TRI) é uma metodologia extremamente sofisticada, que permite a avaliação de diversos elementos em vários campos de conhecimento. No campo da educação, especificamente com relação aos sistemas de avaliação de larga escala e provas diagnósticas, a TRI, em regra, embora não necessariamente, baseia-se em três grandes parâmetros: discriminação, dificuldade e acerto ao acaso.

FIGURA 3 - Parâmetros da TRI

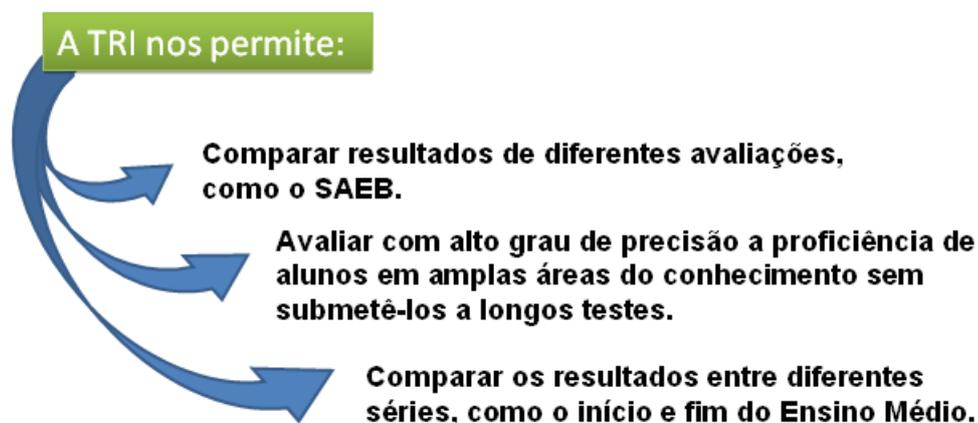


FONTE: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd

O primeiro responde pela propriedade de um item (popularmente, uma questão de prova) conseguir distinguir, de fato, as habilidades dos estudantes. O segundo permite separar os estudantes por suas habilidades, em função de um erro ou acerto do referido item. O terceiro permite captar os estudantes que acertaram a questão mesmo sem ter adquirido as habilidades necessárias.

FIGURA 4 - Vantagens da TRI

Vantagens da TRI



FONTE: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd

A partir da iniciativa do Saeb, acrescido, posteriormente (2005), pela Prova Brasil, diversas unidades da federação e alguns municípios, lançando mão de suas prerrogativas de autonomia, além de demonstrarem seus anseios por uma investigação mais próxima da situação da educação em seus domínios, criaram seus próprios sistemas de avaliação. O exemplo mais próximo de nossa realidade é o SAEPE, que segue a escala do Saeb, permitindo, com isso, que se compare o Estado de Pernambuco com a realidade nacional e com todas as outras unidades da Federação que, em seus sistemas, mantêm fidedignidade com a escala nacional. Além disso, a escala do SAEPE e das demais unidades que utilizam a mesma metodologia podem, com a mesma escala de proficiência, analisar a evolução dos estudantes e comparar segmentos e etapas.

As respostas fornecidas pelo questionário contextual nos permitem ir além da avaliação de proficiência cognitiva, investigando as condições em que o estudante promove seus estudos e sob quais delas esse indivíduo chega à idade escolar.

Se a avaliação através dos testes é de fundamental importância, vale salientar que o questionário contextual é um instrumento extremamente relevante. Com o correto preenchimento dessa ferramenta, os gestores e responsáveis pela educação nos diversos níveis (diretores de escolas, coordenadores de regionais, membros das secretarias de educação) possuem um diagnóstico das realidades extra e intraescolares que perpassam as habilidades adquiridas pelos estudantes, com elas se relacionando. É o que veremos mais detidamente adiante.

A importância do questionário contextual

O questionário contextual é de suma importância para a avaliação da educação, pois as políticas administrativas e pedagógicas se pautam pelos resultados de sua escola, e esse instrumento nos ajuda a entendê-los. O correto preenchimento e a fidedigna aferição dos resultados do questionário contextual são fundamentais, de modo que se possam tomar medidas que melhorem as práticas no espaço escolar.

O questionário contextual tem alguns objetivos bastante claros em sua concepção, como a distribuição dos resultados e das condições espaciais com relação à origem social dos estudantes, a evolução das condições de qualidade do ensino, além de permitir a investigação de fatores intra e extraescolares que concorrem para a eficácia e para a equidade na educação brasileira. As respostas fornecidas por esses questionários nos permitem ir além da avaliação de proficiência cognitiva, investigando as condições em que o estudante promove seus estudos e sob quais delas esse indivíduo chega à idade escolar.

São muitos os fatores extra e intraescolares associados ao desempenho escolar. Fatores extraescolares, como o ambiente domiciliar, a situação socioeconômica dos pais e dos estudantes, podem interferir, e muito, na proficiência de um estudante. Para elucidar o que se diz com um exemplo, veja-se que um domicílio sem luz elétrica, sem condições sanitárias de higiene ou sem calçamento na rua onde se localiza pode ser um local de proliferação de doenças. Doentes, estudantes perdem aulas, ficando com defasagem em relação aos colegas e voltando às aulas com lacunas no seu aprendizado, as quais podem atrapalhar a apreensão de temas novos. Outro exemplo são as características como cor e opção sexual que podem gerar preconceitos sociais, estigmas insuperáveis, podendo a autoestima dos estudantes e prejudicando seu aprendizado. Estes são apenas alguns elementos que influenciam o desempenho dos estudantes. Como a escola está, necessariamente, inserida em um dado ambiente social, ela é perpassada pela influência de fatores sociais que a entornam. A partir disso, podemos entender como a comunidade, na qual a escola está inserida, influencia o aprendizado na escola.

FIGURA 5 - Fatores associados ao desempenho

Fatores associados ao desempenho



Intraescolares

Gestão e administração

Prática pedagógica

Condições de infraestrutura

Qualificação dos profissionais



Extraescolares

Fatores socioeconômicos

Fatores familiares

Fatores individuais

FONTE: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd

Fatores intraescolares, como a infraestrutura escolar, unidades escolares em mau estado de conservação, sem água ou luz elétrica, podem tirar dos estudantes a vontade de ir à escola, fazendo com que se sintam mal no ambiente escolar. Professores sem a devida qualificação para determinada disciplina, ou gestores sem os princípios democráticos para a boa governança escolar também podem gerar maus ambientes de estudo, prejudicando sobremaneira o aprendizado. Todos esses elementos, tanto intra quanto extraescolares, concorrem para deficiências de proficiência que serão captadas pelas avaliações de larga escala. São insumos muito úteis para gestores e responsáveis em suas medidas e políticas educacionais, no intuito de solucionar problemas que, através das provas e questionários, passam às claras para os devidos responsáveis.

Os resultados contextuais nos permitem, ainda, a avaliação dos profissionais (professores e diretores) que atuam à frente da sala de aula e à frente das escolas. Com isso, além dos insumos para produção de indicadores temáticos, os questionários nos fornecem informações sobre o espaço escolar e sobre o grau que as escolas assumem como fatores explicativos do processo de aprendizagem⁴.

Diante desse contexto complexo que se desenhou aqui, caminhamos para os temas específicos da disciplina: participação da comunidade escolar e protagonismo, tomando por base os conselhos escolares e as políticas educacionais de Pernambuco.

⁴ Sobre o questionário contextual, leia mais em FRANCO et al (2003).

Tema norteador 2:

PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR, COM ÊNFASE NO CONSELHO ESCOLAR COMO AGENTE DE DISSEMINAÇÃO DOS RESULTADOS DA AVALIAÇÃO

Os conselhos escolares foram fomentados pelas diversas políticas educacionais em âmbito federal que buscam maior participação democrática na condução dos rumos das unidades escolares do País. A semente da formação dos conselhos vem, mais uma vez, da Constituição de 1988, fruto de um momento de transformações do Brasil, da transição ao ambiente democrático, momento esse de incentivo à construção de uma cultura democrática que uma geração inteira ignorava pelos anos em que o acesso à democracia lhe fora negado (GHANEM, 1996).

Segundo Paro (1992), os conselhos de multiparticipação que discutem temas escolares são ambientes de micropolítica, reproduzindo atitudes que interferem na condução das unidades escolares.

[...] Quando falamos em participação da comunidade, estamos preocupados com a participação na tomada de decisões. Isto não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também não tem esta como fim, mas sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, entendida esta como partilha do poder. (PARO, 1992, p. 260)

É por essa partilha de poder que os agentes políticos que atuam na sociedade fora da escola, por vezes, reproduzem ações negativas dentro do ambiente escolar. Talvez no intuito de promover um ambiente de fato democrático dentro dos conselhos, o Ministério da Educação tenha em seu portal de internet uma seção sobre o Programa de Fortalecimento dos Conselhos Escolares (MEC, s.d.). Como afirma Luck (1998),

A participação dá às pessoas a oportunidade de controlar o próprio trabalho, sentirem-se autoras e responsáveis pelos seus resultados, construindo, portanto, sua autonomia. Ao mesmo tempo, sentem-se parte orgânica da realidade e não apenas um simples instrumento para realizar objetivos institucionais. Mediante a prática participativa, é possível superar o exercício do poder individual e de referência e promover a construção do poder da competência, centrado na unidade social escolar como um todo. (LUCK, 1998, p. 1)

Os conselhos permitem “[...] a formação de espaços públicos que favoreçam a ampliação da participação popular nos destinos da educação [e que] tem sido colocada como requisito imprescindível para a superação do paradigma de gestão escolar centrado na figura do diretor” (GOMES, ANDRADE, 2009, p. 84). Com isso, a partilha da responsabilidade decisória alimenta o ambiente democrático previsto pelas diversas leis e diretrizes propostas no País, transformando-as em leis de fato. É necessário que a cultura da democracia seja letra permanente, de modo que o ambiente de micropolítica escolar seja coberto por uma realidade compreensiva. Realidade essa que “[...] revela a necessidade de atentarmos para o contexto social em que os sujeitos estão inseridos, considerando, inclusive, os limites e as possibilidades concernentes ao exercício dos princípios democráticos a partir das relações de poder ali presentes” (GOMES, ANDRADE, 2009, p. 85).

Diante desse cenário de múltiplas compreensões das diferentes realidades dadas nos conselhos escolares, permite-se que os diversos agentes ganhem importância relativa e se tornem protagonistas do ambiente escolar⁵. De um lado, a presença dos membros da comunidade escolar, representantes dos pais, por exemplo, exercem sua voz nas demandas diretas junto à direção, mas, mais que isso, traz uma impressão coletiva, sem necessidade de transposição de gramáticas, podendo, assim, introduzir nos conselhos os temas e as visões caros à comunidade escolar, bem como levá-los de volta num movimento de mesmo sentido. As decisões, quando tomadas democraticamente, ganham, por sua vez, legitimidade, tendo nelas mesmas a obrigação de cumprimento e de respeito. Não existe a necessidade de consenso, mas existe a necessidade de deliberação, apreciação e decisão, isenta e consciente.

Os conselhos escolares são constituídos por pais, estudantes, professores, diretores e funcionários, variando, portanto, sua composição. Suas regras devem ser definidas democraticamente e de forma transparente.

⁵ “Cabe lembrar que toda pessoa tem poder de influência sobre o contexto de que faz parte, exercendo-o, independentemente da consciência desse fato e da direção e intenção de sua atividade. No entanto, a falta de consciência dessa interferência resulta em falta de consciência do poder de participação que tem; disso decorrem resultados negativos para a organização e para as próprias pessoas que constituem o ambiente escolar.” (LUCK, s.d.,p. 2)

Assim, o envolvimento de todos os que fazem parte, direta ou indiretamente, do processo educacional no estabelecimento de objetivos, na solução de problemas, na tomada de decisões, na proposição, implementação, monitoramento e avaliação de planos de ação, visando os melhores resultados do processo educacional, é imprescindível para o sucesso da gestão escolar participativa (LUCK, FREITAS, GIRLING, KEITH, 1998).

Como bem concluem os autores, o sucesso na gestão educacional se assenta muito na boa utilização da energia dinâmica que cerca o ambiente escolar (GOMES, ANDRADE, 2009). É dessa energia que fazem parte todos aqueles que orbitam a realidade escolar. Além do protagonismo dos representantes dos pais e, por extensão, dessa órbita, os conselhos possibilitam o protagonismo juvenil. O jovem, objeto maiúsculo da educação, teve trajetória singular no seu tratamento, como veremos adiante.

A participação dos jovens em conselhos escolares deve ser preservada e incentivada. Cabe aos profissionais do campo pedagógico, como coordenadores e professores, a atenção ao fato de que os jovens, bem como os pais, não possuem, necessariamente, a gramática da organização escolar, podendo, muitas vezes, confundir espaços e tempo para determinados temas. Cabe à direção dos conselhos elucidar dúvidas quanto às regras de funcionamento dos conselhos escolares, definir tempos equânimes de uso da palavra tanto para membros “de dentro” da organização formal da escola, quanto para os “de fora”, que utilizam a escola como serviço e que passam, através da experiência dos conselhos, a fazer parte do mundo interno.

Imagem 6 - Saber agir para interagir: o rumo do protagonismo juvenil



Fonte: Instituto Internacional para o desenvolvimento da Cidadania - IIDAC
<http://www.iidac.org/iidac.org/br/component/content/article/72-aje20100911>

Ao estudante, além da observância de seus direitos, é condição fundamental a adequação às normas e aos seus deveres, pois, a participação do educando em conselhos escolares é parte da sua construção como agente, como cidadão. Sua posição é de extrema responsabilidade, embora não possa dele ser cobrado o grau de responsabilidade de outros membros, uma vez que é ele o participante em processo de formação, o sujeito das decisões, o objeto, enfim, do processo de educação⁶.

Além disso, a participação dos estudantes nos conselhos escolares permite que eles sejam multiplicadores de resultados, ao se transformarem em entendedores de forma plena do debate acerca de resultados em termos de proficiência e de alcance do ensino que lhe é oferecido. Com isso, tendo as avaliações como base, aquele estudante que se compromete com o conselho escolar passa a ter o direito de discutir métodos de ensino, resultados de sua escola e, mais que isso, de verbalizar as dificuldades que seus pares possam ter com relação à compreensão das disciplinas e da importância das avaliações. Com relação especificamente à avaliação de larga escala, o entendimento de sua relevância como instrumento diagnóstico possibilita aos estudantes um maior engajamento em testes futuros. Complementado tal entendimento com discussões sobre fatores extra e intraescolares e sobre a ferramenta utilizada para sua mensuração (os questionários contextuais), a própria discussão alarga a compreensão do estudante enquanto ator relevante na construção do cotidiano escolar, mas não só. O estudante pode ser objeto das avaliações, mas pode utilizá-las como meio pedagógico, sendo apresentado às metodologias de mensuração e análise e compreendendo ser fundamental o engajamento nas avaliações e nos estudos por elas mensurados. O jovem é parte da construção da realidade escolar, que lhe é parte complementar e formadora, numa relação de construção e reconstrução de conhecimentos e de histórias de vida.

⁶É interessante, aqui, adotar a posição do DCNEM. “Tal concepção privilegia a participação de jovens no desenvolvimento das atividades voltadas para a construção de conhecimentos e valores, cabendo ao professor mais a função de orientar do que a de ensinar.” (ZIBAS et al., 2006, p. 52)

Tema norteador 3:

A AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO ESTADO DE PERNAMBUCO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Designado por SAEPE, o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco é um sistema de avaliação externa em larga escala que existe desde 2000, em uma série intermitente, mas consolidado em uma série anual mantida desde 2008, com a finalidade de identificar a qualidade do ensino no Estado, e subsidiar iniciativas de promoção da igualdade de oportunidades educacionais. A avaliação se baseia em dois conjuntos de informações:

- 1) testes de Língua Portuguesa e de Matemática, que aferem a consolidação de competências dos estudantes das redes estadual e municipal em diversas séries (2ª, 4ª e 8ª séries, ou 3º, 5º e 9º anos do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio, inclusos os projetos de correção do fluxo escolar).
- 2) questionários planejados para obter de estudantes, professores, diretores e escolas um perfil de fatores associados ao desempenho: no caso dos estudantes, identificar suas características socioeconômicas e trajetória escolar; no caso dos professores e diretores, conhecer seus aspectos profissionais mais relevantes, como atuação e experiência; no caso das escolas, verificar elementos de infraestrutura e serviços.

FIGURA 7 - Objetivos da Avaliação Externa



FONTE: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd

O SAEPE possibilita à rede pública de ensino de Pernambuco os seguintes objetivos:

- dar maior transparência pública aos processos e resultados das avaliações educacionais;
- subsidiar as escolas de forma permanente e sistemática, com os resultados por elas obtidos, com insumo para aprofundar seu Projeto Pedagógico e as condições de gestão autônoma da unidade escolar;
- subsidiar as políticas das diversas instâncias de gestão das redes de ensino;
- focalizar a atuação do Sistema e das escolas, nos aspectos considerados críticos para a educação no Estado;
- estabelecer estratégias de incentivo, em função da melhoria de seu desempenho e da qualidade de seus resultados;
- modernizar as estratégias de gestão do Sistema Educacional de Pernambuco, centrando sua atuação na melhoria da qualidade da educação e no desempenho dos estudantes da Educação Básica.

Através do SAEPE, a Secretaria de Educação pode criar o IDEPE – Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco, um indicador anual da evolução da qualidade de cada escola a cada ano. À semelhança do IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – o cálculo do IDEPE considera tanto uma medida de fluxo escolar quanto uma medida do desempenho dos estudantes. A medida de desempenho é obtida anualmente através dos testes do SAEPE.

A Secretaria do Estado de Educação de Pernambuco implementa o Programa de Modernização da Gestão Pública, com a ambição de tornar-se referência nacional em educação de qualidade, desde o ano de 2007. O desafio é grande, uma vez que os resultados do IDEB de 2005 demonstraram que o Estado estava com uma média ainda aquém do almejado no segmento de 5ª a 8ª série. Esse programa tem como objetivo melhorar os resultados das avaliações em larga escala, tanto do SAEPE quanto do IDEB. As unidades escolares têm metas a atingir de forma a contribuir para a melhoria da média do Estado, definidas pelo próprio governo. O critério de definição das metas é a diferença do IDEPE de 2008 em relação a 2005.

Caso as escolas atinjam determinadas proporções da meta, elas têm acesso a um bônus – o Bônus de Desenvolvimento Educacional –, um incentivo financeiro para os profissionais das escolas que atendem às propostas. As instituições que conseguem atingir 50% da

meta recebem metade do bônus; os intervalos seguintes são divididos em decimais percentuais até o total de 100%.

Através do SAEPE, a Secretaria de Educação pode criar o IDEPE – Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco, um indicador anual da evolução da qualidade de cada escola a cada ano.

Como podemos observar, a avaliação anual proporcionada pelo SAEPE permite um diagnóstico regular do sistema, capaz de subsidiar políticas de monitoramento permanente, identificando sua progressão ao longo do tempo.

No entanto, talvez o projeto que mais aproxima os componentes listados no presente texto é o “Programa de Modernização da Gestão”. Este tem como objetivo a melhoria dos indicadores educacionais de Pernambuco, justamente pela via dos princípios de inclusão e cidadania, além de buscar “(...) consolidar nas unidades de ensino a cultura da democracia e da participação popular, baseada em diagnóstico, planejamento e gestão.” (Idem).

Além desses, vale destacar programas como o “Programa de Educação Integral”, que é voltado para o Ensino Médio pernambucano e que busca na educação seu espaço privilegiado para o exercício da cidadania, tornando o jovem protagonista de sua estratégia educativa e tornando-o “autônomo, solidário e produtivo” (Idem).

Conhecendo o SAEPE

Imagem 8 - Logo do SAEPE



Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CaEd

Objetivo do SAEPE

Produzir um diagnóstico do desempenho escolar dos alunos do sistema Educacional de Pernambuco

FIGURA 9 - Os Instrumentos de Avaliação

Os Instrumentos de Avaliação



FONTE: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd

FIGURA 10 - Elementos para Construção do Item

Elementos para Construção de Item

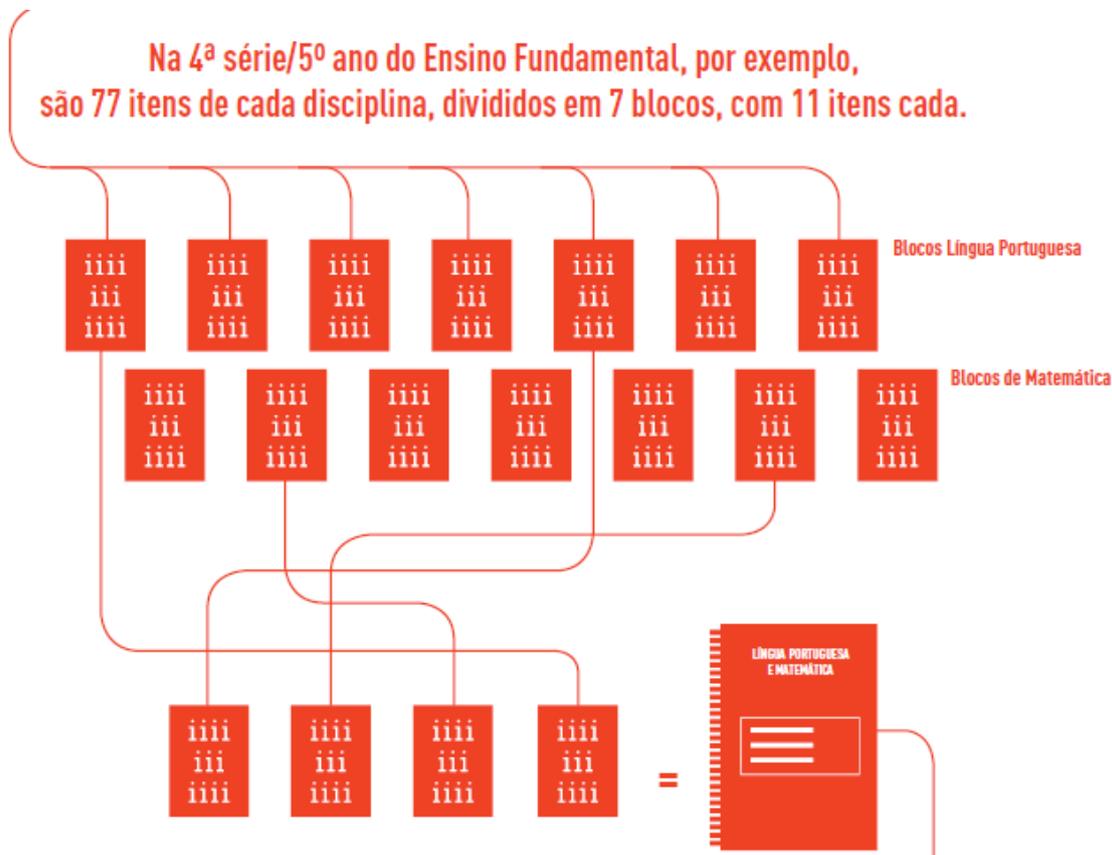


FONTE: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd

FIGURA 11 - Construção dos Cadernos de Teste

Construção dos Cadernos de Teste

Na 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental, por exemplo, são 77 itens de cada disciplina, divididos em 7 blocos, com 11 itens cada.



Na 2ª série/3º ano do Ensino Fundamental são 21 modelos de caderno, distribuídos em 07 blocos/disciplina formados por 07 itens/disciplina cada um. Cada caderno é formado por 4 blocos, sendo 2 blocos de LP e 2 blocos de MAT, totalizando 28 itens por caderno.

Na 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental são 21 modelos de caderno, distribuídos em 07 blocos/disciplina formados por 11 itens/disciplina cada um. Cada caderno é formado por 4 blocos, sendo 2 blocos de LP e 2 blocos de MAT, totalizando 44 itens por caderno.

Na 8ª série/9º ano do Ensino Fundamental e no 3º ano do Ensino Médio são 21 modelos de caderno, distribuídos em 07 blocos/disciplina formados por 13 itens/disciplina cada um. Cada caderno é formado por 4 blocos, sendo 2 blocos de LP e 2 blocos de MAT.

FONTE: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd

FIGURA 12 - Aplicabilidade dos Resultados

Aplicabilidade dos Resultados



FONTE: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd

Passos para Encontrar o Resultado do SAEPE

Entre no Portal da Secretaria de Educação de Pernambuco pelo endereço www.educacao.pe.gov.br.

Acesse o resultado do SAEPE através do link marcado abaixo

Imagem 13 – Portal da Secretaria de Educação de Pernambuco

The screenshot shows the website interface for the Pernambuco Secretariat of Education. The top navigation bar includes 'Página Inicial' and 'Mapa do Site'. The main header displays 'Secretaria de Educação' and the Pernambuco state logo. A left sidebar contains a menu with sections: SECRETARIA (Perfil do Secretário, Fale com o secretário, Galeria dos secretários, Histórico da Secretaria), EDUCAÇÃO (Calendário Escolar, Modernização de Gestão, Programa de Educação Integral, Educação Profissional, Espaço Professor, Programa Paulo Freire, Supletivos Anteriores, Censo Escolar), SERVIÇOS (GRES e Escolas, Correio Eletrônico, Portaria de Reordenamento, GGDP, Licitações, Logomarcas SEE, Links), and SE NA MÍDIA (Jornais e Internet, Notícias, Imagens, Vídeos, Áudio, Expediente). The main content area features a large photo of a student and a teacher, with a caption: 'Foto: Alynê Pinheiro. Estudantes de escolas estaduais assistem a espetáculos do Fito'. Below this are several news items with dates and titles, such as 'Concurso Arte-Livre com inscrições abertas até 15 de outubro' and 'Escola da Mata Sul desenvolve projeto de inclusão e conscientização ambiental'. On the right sidebar, there are various service links including 'GANHHE O MUNDO', 'PROJETO EDUCAR', 'Supletivo 2012', 'Educação | Ações 2011', 'Espaço Professor', 'Cadastro BARRAS MARCAS E EMPRESAS', 'consed', 'Faça aqui a', and 'SAEPE'. The 'SAEPE' link is highlighted with a red box. At the bottom, there are logos for 'Concurso Professor-Autor', 'EDUCAÇÃO EM REDE', and 'PDE | PRONATEC', along with social media icons for Facebook, Twitter, and YouTube.

FONTE: <http://www.educacao.pe.gov.br/>

Acesse o resultado clicando em Resultado / Escala

Imagem 14 – Site do SAEPE

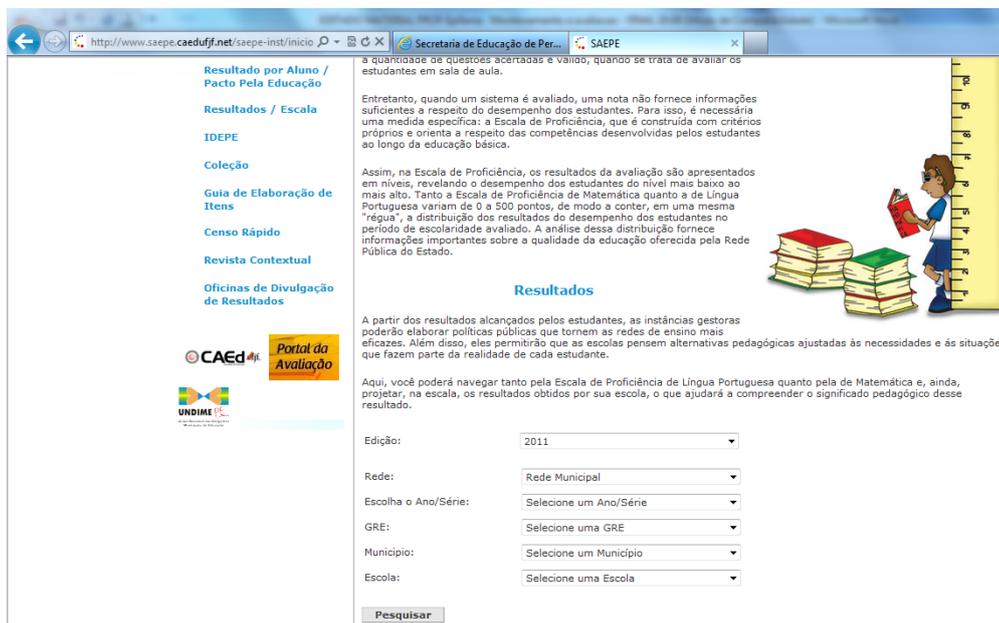


FONTE: <http://www.saepe.caeduff.net/>

Visualize o resultado após informar os filtros de pesquisa abaixo:

- Edição (Ano)
- Rede
- Escolha o Ano / Série
- GRE
- Município
- Escola

Imagem 15 – Site do SAEPE



FONTE: <http://www.saepe.caeduff.net/saepe-inst/inicio.faces>

Selecione os resultados pela disciplina que deseja.
O resultado virá como mostra em Apresentação dos Resultados.

Imagem 16 – Site do SAEPE



FONTE: <http://www.saepe.caeduff.net/saepe-inst/inicio.faces>

Apresentação dos Resultados

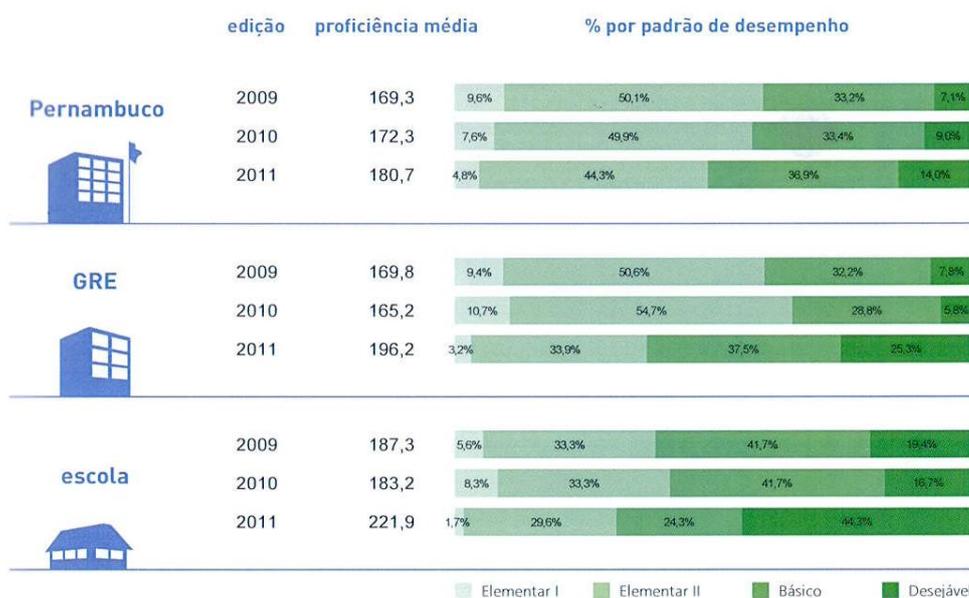
Imagem 17 – Resultado do SAEPE 2011 – Rede Estadual



Fonte: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAEd

Imagem 18 – Evolução do Percentual de estudantes por Padrão de Desempenho

3. Evolução do percentual de estudantes por padrão de desempenho

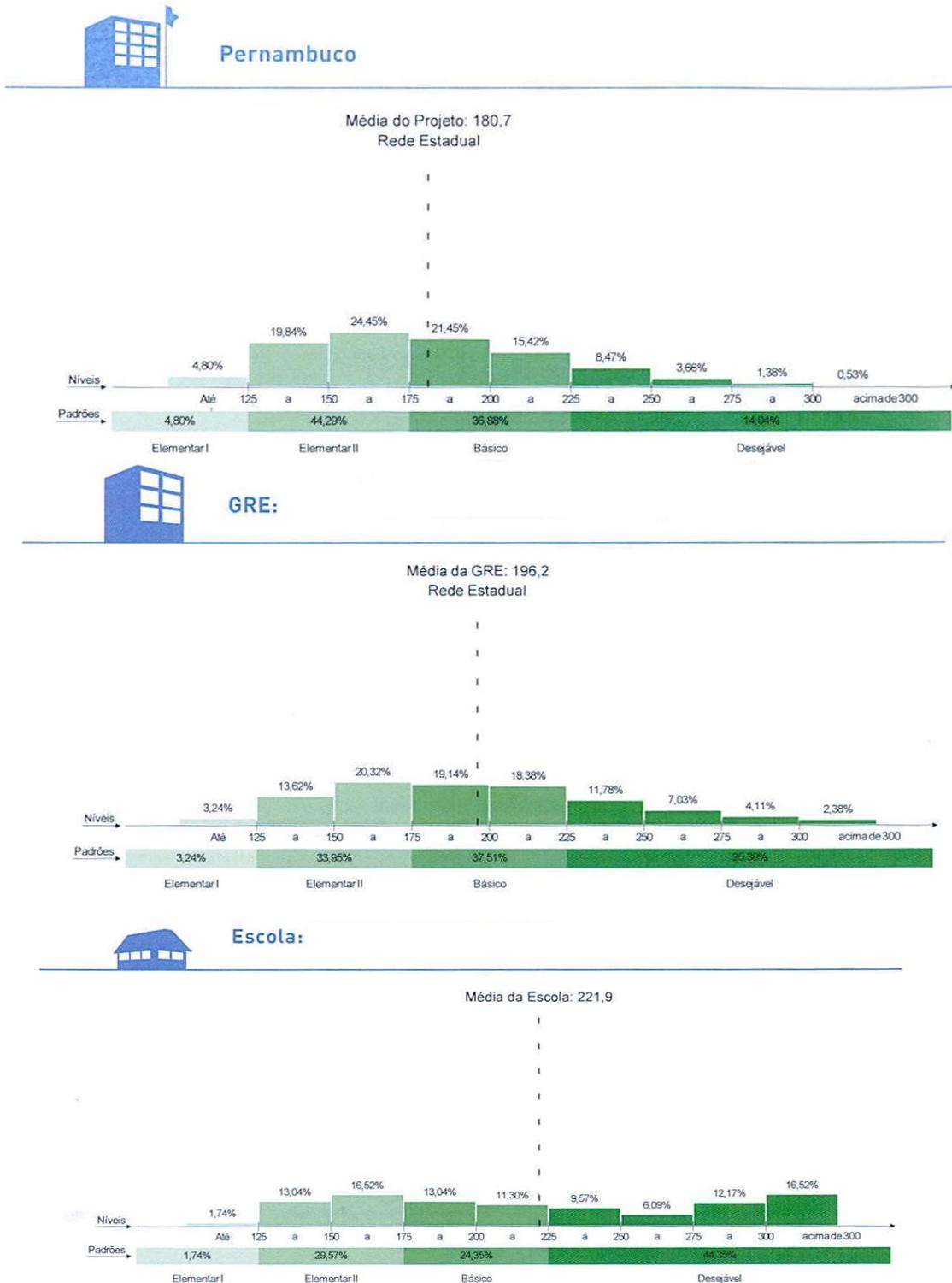


SECRETARIA ITEM 04 Boletim:04541 Geral 009093

FONTE: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd

Imagem 19 – Percentual de Estudantes por Nível de Proficiência e Padrão de Desempenho

4. Percentual de estudantes por nível de proficiência e padrão de desempenho



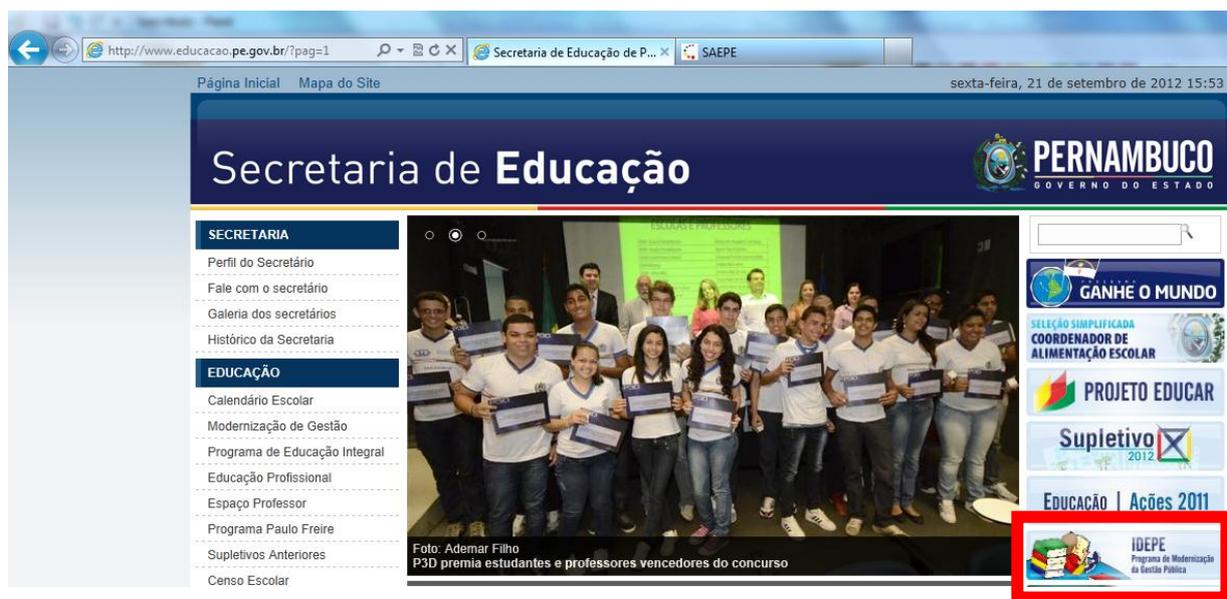
SECRETARIA ITEM 04 Boletim 04541 Geral 009094

FONTE: Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação – CAEd

Conhecendo o IDEPE

Entre no Portal da Secretaria de Educação de Pernambuco e clique no link IDEPE.

Imagem 20 – Portal da Secretaria de Educação de Pernambuco



FONTE: <http://www.educacao.pe.gov.br/>

No site você terá explicações sobre Programa de Modernização da Gestão, Meta por Escola, Bônus de Desempenho Escolar – BDE, IDEPE, Boletim Escolar que informa o IDEPE de cada escola e ainda informações importantes sobre a Nota Técnica.

Imagem 21 – Explicação do PMG

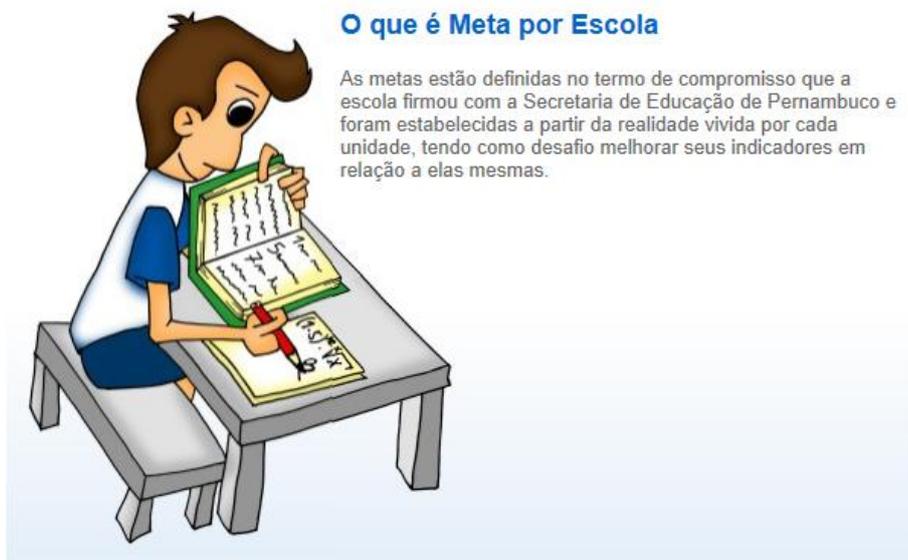


Programa de Modernização da Gestão

É o programa que está focado na melhoria dos indicadores educacionais de Pernambuco, trabalhando a gestão por resultados. O objetivo é assegurar, por meio de uma política de Estado, a educação pública de qualidade, visando garantir o acesso, a permanência e a formação plena do aluno, pautada nos princípios de inclusão e cidadania. Além de consolidar nas unidades de ensino a cultura da democracia e da participação popular, baseada em diagnóstico, planejamento e gestão.

FONTE: <http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmg2/pmg.html>

Imagem 22 - Explicação da Meta por Escola



FONTE: <http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmg2/meta.html>

Imagem 23 – Explicação sobre o BDE



FONTE: <http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmg2/bde.html>

Imagem 24 – Boletim Escolar - Situação da Escola



ESCOLHA O ANO: 2011
 ESCOLHA O MUNICÍPIO: [dropdown]
 ESCOLHA A ESCOLA: [dropdown]

Código MEC	ESCOLA	ENS. FUNDAMENTAL INICIAL	ENS. FUNDAMENTAL FINAL	ENS. MÉDIO	ANO
[dropdown]	[dropdown]			4,63	2011

FONTE: <http://www1.educacao.pe.gov.br/idepe/>

Imagem 25 – Explicação do IDEPE



O que é o IDEPE

O Índice de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco (IDEPE) é o indicador de qualidade da educação pública estadual que permite diagnosticar e avaliar a evolução de cada escola, ano a ano. O cálculo do IDEPE considera, a exemplo do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), dois critérios complementares: o fluxo escolar e o desempenho dos alunos da 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental (anos iniciais e finais) e do 3º ano do ensino médio nos exames do SAEPE em Língua Portuguesa e Matemática. Veja aqui o resultado do IDEPE por nível de ensino.

[IDEPE GERAL 2008](#)

[IDEPE GRE 2008](#)

[IDEPE GERAL 2009](#)

[IDEPE GRE 2009](#)

[IDEPE GERAL 2010](#)

[IDEPE GRE 2010](#)

[IDEPE GERAL 2011](#)

FONTE: <http://www.educacao.pe.gov.br/diretorio/pmg2/idepe.html>

Acesse o resultado do IDEPE selecionando o resultado por GRE ou Geral por ano.

IDEPE Geral 2011

Imagem 26 – Resultado do IDEPE Geral 2011

Programa de Modernização da Gestão

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

RESULTADO DO IDEPE

NÍVEIS DE ENSINO	IDEPE 2011
ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS	4,4
ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS	3,5
ENSINO MÉDIO	3,3

FONTE: Secretaria de Educação de Pernambuco

Imagem 27 – Resultado do IDEPE Geral 2011

Programa de Modernização da Gestão

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PERNAMBUCO
GOVERNO DO ESTADO

Região	N° escola	4ª série EF	8ª série EF	3ª série EM
AGRESTE CENTRO NORTE (CARUARU)	62	4,3	3,4	3,2
AGRESTE MERIDIONAL (GARANHUNS)	55	5,0	3,8	3,3
LITORAL SUL (BARREIROS)	16	3,9	3,2	2,8
MATA CENTRO (VITORIA)	41	4,1	3,5	3,3
MATA NORTE (NAZARE DA MATA)	62	4,0	3,6	3,3
MATA SUL (PALMARES)	33	3,8	3,4	3,1
METROPOLITANO NORTE	104	4,1	3,1	2,9
METROPOLITANO SUL	105	4,2	3,3	2,9
RECIFE NORTE	74	4,6	3,3	3,0
RECIFE SUL	95	4,5	3,2	2,9
SERTAO CENTRAL (SALGUEIRO)	28	3,9	4,1	3,6
SERTAO DO ALTO PAJEU (AFOGADOS DA INGAZEIRA)	42	5,3	4,2	3,8
SERTAO DO ARARIPE (ARARIPINA)	32	4,2	3,7	3,2
SERTAO DO MOXOTO IPANEMA (ARCOVERDE)	52	4,2	3,8	3,4
SERTAO DO SUBMEDIO SAO FRANCISCO (FLORESTA)	26	4,6	3,9	3,4
SERTAO MEDIO SAO FRANCISCO (PETROLINA)	65	4,7	3,6	3,1
VALE DO CAPIBARIBE (LIMOEIRO)	36	4,5	3,8	3,5
TOTAL	928	4,4	3,5	3,3

FONTE: Secretaria de Educação de Pernambuco

Para saber mais

DAHL, R. **Who Governs?.** New Haven, Yale: University Press, 1961.

FRANCO, C.; FERNANDES, C.; SOARES, J.F.; BELTRÃO, K.; BARBOSA, M. E.; ALVES, M.T.G. **O referencial teórico na construção dos questionários contextuais do Saeb 2001.** *Estudos em avaliação educacional*, n.28, jul-dez 2003

GHANEM, E. **Participação escolar na gestão escolar: três casos de políticas de redemocratização.** In: *Revista brasileira de educação*, set.-dez. 1996.

GOMES, A.M; ANDRADE, E.F. **O Discurso da gestão escolar democrática: o conselho escolar em foco.** In: *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 34, jan/abr, 2009.

HIRSCHMAN, A. **Voz, saída e lealdade.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.

LOURENÇO FILHO, M.B. **Redução da taxa de analfabetismo no Brasil de 1900 a 1960, descrição e análise.** *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, DF, n. 100, p. 265, out./dez. 1965.

LÜCK, H. **A dimensão participativa da gestão escolar.** In: *Gestão em Rede*, Brasília, n. 9, p. 13-17, ago. 1998.

LÜCK, H, KS FREITAS, R GIRLING, KEITH, S. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar.** Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

MAINARDES, J. **A organização da escolaridade em ciclos: ainda um desafio para os sistemas de ensino.** In: FRANCO, C. (Org.). *Avaliação, ciclos e promoção na educação.* Porto Alegre: ARTMED, 2001.

Para aprofundar o estudo sobre os temas deste módulo, indicamos algumas leituras, vídeos e publicações virtuais.

Consulte todas as recomendações no ambiente virtual do PROGEPE.

Cada uma delas trata de um eixo importante para o tema.

MALVAZI, M.M.; BERTAGNA, R.H.; FREITAS, L.C. (Org.). **Avaliação: desafio dos novos tempos**. Campinas: Komedi, 2006.

NERI, M.; CARVALHO, A. **Seletividade e medidas de qualidade da educação brasileira: 1995-2001**. *Ensaio Econômico*, Rio de Janeiro, n. 463, 2002.

PARO, V. **Gestão da Escola Pública: a Participação da Comunidade**. In: R. bras. Est. pedag., Brasília, v.73, n.174, p.255-290, maio/ago. 1992.

PERRENOUD, P. **La construcción del éxito y del fracaso escola**. Madrid, Ed. Morata, 1996.

RIBEIRO, S.C. **A pedagogia da repetência**. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 5, n. 12, p. 7-21, maio/ago. 1991. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v5n12/v5n12a02.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2012

SOARES, J.F. **Qualidade e equidade na educação básica brasileira: a evidência do SAEB-2001**. *Archivos Analíticos de Políticas Educativas*, Tempe, v. 12, n. 38, 2004. Disponível em:< <http://epaa.asu.edu/epaa/v12n38/>>. Acesso em: 23 set. 2012.

SOARES, S.; SÁTYRO, N. **A infra-estrutura das escolas brasileiras de ensino fundamental: um estudo com base nos censos escolares de 1997 a 2005**. Texto para discussão nº 1.267. Brasília, 2007. Disponível em:< http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1267.pdf>. Acesso em: 23 set. 2012.

ZIBAS, D.; FERRETTI, C.J.; TARTUCE, G.L. **Micropolítica escolar e estratégias para o desenvolvimento do protagonismo juvenil**. In: *Cadernos de Pesquisa*, v. 36, n.127, jan/abr./2006.

PUBLICAÇÕES VIRTUAIS:

Índice de desenvolvimento da educação básica – Reynaldo Fernandes.

Disponível em: http://www.odetempf.org.br/curriculo/ideb_indice_de_desenvolvimento_da_educacao_basica.pdf

Avaliação educacional em larga escala: a experiência brasileira - Fernanda da Rosa Becker.

Disponível em: <http://www.rioeoi.org/deloslectores/3684Becker.pdf>

Pesquisa e Debate em Educação – Revista do Programa de Pós-Graduação Profissional Gestão e Avaliação da Educação Pública – CAEd/UFJF.

Sítio: http://www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revistappgp_pesquisa

Estudos em Avaliação Educacional – Fundação Carlos Chagas.

Sítio: http://www.fcc.org.br/biblioteca/apresenta_eae.php?area=publicacoes

Revista Educação e Pesquisa

Sítio: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1517-970220120001&lng=pt&nrm=iso

Revista Virtual Ágora, da prefeitura de Porto Alegre:

<http://websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas/revistavirtualagora/>

Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação: publicação da Fundação Cesgranrio.

Sítio: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0104-403620120001&lng=pt&nrm=iso

Revista Poiesis: publicação de Universidade Federal de Goiânia:

Sítio: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/poiesis/issue/current>

Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos: publicação do INEP:

Sítio: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP>

Revista Pedagógica – Revista de Pedagogia da Unochapecó:

Sítio: <http://apps.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica>

Revista Educação e Sociedade: publicação da Universidade Estadual de Campinas:

Sítio : http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-7330&nrm=iso&rep=&lng=pt

Educação em Revista: publicação da Universidade Federal de Minas Gerais

Sítio:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=0102-469820110003&lng=pt&nrm=iso

VIDEOS NA INTERNET:

O Papel da Avaliação na Aprendizagem 9:07

<http://www.youtube.com/watch?v=NyV47Ty3JzA&feature=related>

Luckesi – OEB – Avaliação.wmv 10:33

<http://www.youtube.com/watch?v=f5oxHVJuM5I&feature=related>

Avaliação Institucional 4:16

<http://www.youtube.com/watch?v=NyV47Ty3JzA&feature=related>

Avaliação Educacional

<http://www.youtube.com/watch?v=XL6hikj56U0>

Projeto Escola Brasil – INEP – Escola Parque São Cristovão, Salvador/BA 10:06

<http://www.youtube.com/watch?v=negOA5ITnnM>

Projeto Escola Brasil – INEP – Escola Classe 45, Ceilândia/DF 8:66

<http://www.youtube.com/watch?v=MUrzUVWtDVO>

Na Prática

Reúna os estudantes em grupo e discuta as seguintes atividades

Atividade 1 – Discussão

A partir da interpretação da Figura, como podemos entender as desigualdades na escola? De que maneira elas podem se manifestar?



Atividade 2

Existem elementos comuns e distintos entre a avaliação da aprendizagem e a avaliação de desempenho? Quais são eles?

Atividade 3

Quais são os principais fatores que influenciam o desempenho dos estudantes? Quais destes fatores dependem da escola e quais não dependem?

Atividade 4

Como os resultados do SAEPE contribuem na reorganização do processo de ensino e aprendizagem?

Aqui você encontra sugestões para aplicar os conteúdos deste módulo no seu cotidiano. Execute as ações aqui propostas, consulte as outras sugestões no ambiente virtual do PROGEPE e compartilhe seus resultados.

Atividade 5

Você conhece o IDEB e o IDEPE? Sabe como eles são compostos?

Você acha que o IDEB e o IDEPE são capazes de dar uma boa leitura sobre a qualidade da educação?

Fontes:

Nos sítios do Inep ou no Portal do IDEB, e sitio da secretaria da Educação Estadual de Pernambuco, link SAEPE ou IDEPE, nos endereços abaixo:

<http://ideb.inep.gov.br/>

<http://www.portalideb.com.br/>

<http://www.educacao.pe.gov.br>

Atividade 6

Como os resultados do SAEPE podem ajudar na melhoria da qualidade da educação de Pernambuco?

Fontes: no sítio do Saepe:

<http://www.saepe.caedufif.net/saepe-inst/>

<http://www.educacao.pe.gov.br>

Atividade 7

Observe os objetivos do SAEPE e enumere quais são os objetivos possíveis de serem atingidos diretamente pela escola.

Atividade 8

Pesquise o IDEPE do município onde reside ou trabalha. Construa um gráfico com a evolução do IDEPE do seu município e discuta a evolução com o seu grupo.

Comunidade Virtual de Aprendizagem

FÓRUM SAEPE

O Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) foi criado com a finalidade de monitorar o padrão de qualidade do ensino e apoiar as iniciativas de promoção da igualdade de oportunidades educacionais.

No **Fórum SAEPE**, comente sobre a importância desse sistema para o processo da Gestão Escolar. Não deixem de ler as postagens dos seus colegas e fazer comentários.

Para um melhor entendimento sobre o SAEPE, visitem os endereços eletrônicos: www.saepe.caedufjf.net e <http://www.siepe.educacao.pe.gov.br/>.

Participe da comunidade virtual do PROGEPE, visite o site www.siepe.educacao.pe.gov.br para compartilhar sua experiência, seu conhecimento, e interagir com os demais participantes

Conteudista

Maria Epifania de França Galvão Valença

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco–UFPE, com Habilitação em Administração e Supervisão Escolar; Especialização em Psicologia da Aprendizagem pelo Departamento de Psicologia Cognitiva da UFPE. Mestranda do Curso de Mestrado Profissional *stricto sensu* em Gestão e Avaliação da Educação Pública, oferecido pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e o Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação (CAEd).

Atualmente, é Gerente da Gerência de Avaliação e Monitoramento das Políticas Educacionais, na Secretaria de Educação Estadual. Tem experiência na área de Educação, desenvolvendo pesquisas e atuação com os seguintes temas: Avaliação Educacional, Psicologia da Aprendizagem e Gestão Escolar.

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE PERNAMBUCO

Gerente da Regional de Educação Recife Norte: **Gilvani Alves Pile Torres**
Gerente da Regional de Educação Recife Sul: **Marta Maria de Lira**
Gerente da Regional de Educação Metropolitana Norte: **Sinésio Monteiro de Melo Filho**
Gerente da Regional de Educação Metropolitana Sul: **Danielle de Freitas Bezerra Fernandes**
Gerente da Regional de Educação Mata Norte: **Luciana Anacleto da Silva**
Gerente da Regional de Educação Mata Centro: **Ana Maria Xavier de Melo Santos**
Gerente da Regional de Educação Mata Sul: **Sandra Valéria Cavalcanti**
Gerente da Regional de Educação Litoral Sul: **Jorge de Lima Beltrão**
Gerente da Regional de Educação Vale do Capibaribe: **Edjane Ribeiro dos Santos**
Gerente da Regional de Educação Agreste Centro Norte: **Antônio Fernando Santos Silva**
Gerente da Regional de Educação Agreste Meridional: **Paulo Manoel Lins**
Gerente da Regional de Educação Sertão do Moxotó Ipanema: **Elma dos Santos Rodrigues**
Gerente da Regional de Educação Sertão do Alto Pajeú: **Cecília Maria Peçanha Esteves Patriota**
Gerente da Regional de Educação Sertão do Submédio São Francisco: **Maria Dilma Marques Torres Novaes Goiana**
Gerência Regional de Educação Sertão do Médio São Francisco: **Anete Ferraz de Lima Freire**
Gerência Regional de Educação Sertão Central: **Waldemar Alves da Silva Júnior**
Gerência Regional de Educação Sertão do Araripe: **Maria Cleide Gualter Alencar Arraes**

COMISSÃO ESTADUAL DO PROCESSO DE SELEÇÃO DE DIRETOR ESCOLAR E DIRETOR ADJUNTO

Presidente: **Carla Cavalcanti Fernandes**
Alda Lúcia Limados Santos
Anselmo José Santos de Lima
Carmen Raquel Nunes Silva
Henriete Maria Medeiros de Araújo
Luciano Carlos Mendes de Freitas Filho
Maria de Araújo Medeiros Souza
Norma Bandeira de Almeida Vasconcelos
Shirley Silva Moura
Zélia Oliveira da Silva Pereira
Zózimo Gonzaga de Oliveira

UNIVERSIDADE DE PERNAMBUCO

Coordenação Geral do PROGEPE: **Ana Claudia Dantas**
Coordenação Administrativa – PROGEPE: **Arandi Maciel Campelo**
Coordenadora do Curso de Aperfeiçoamento – PROGEPE: **Maria do Socorro Ribeiro Nunes**
Execução Administrativa Financeira da UPE – PROGEPE: **Maria Rozângela Ferreira Silva, José Thomáz C. de Medeiros**

PRODUÇÃO

Organização e gestão dos conteúdos:
Regina de Fátima Migliori

Conteudista deste Módulo:
Maria Epifania de França Galvão Valença

Elaboração da síntese deste Módulo:
Maria Epifania de França Galvão Valença

Foto da capa:
Escola Técnica Centro de Criatividade Musical
Fotógrafa: Rayanne Marinho

Todos os direitos são reservados para Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.
A publicação poderá ser reproduzida por meio impresso ou digital, desde que citada a fonte

O Decreto nº 38.103, de 25 de abril de 2012, implanta a política estadual de formação continuada de diretor escolar, por intermédio do Programa de Formação de Gestor Escolar - PROGEPE, que tem por finalidade desenvolver ações diagnósticas, formativas e avaliativas, com o objetivo de contribuir na formação de lideranças sistêmicas capazes de atuar no conjunto da escola, assegurando que cada estudante atinja o seu potencial e cada escola se transforme em uma excelente escola.

O PROGEPE constitui-se nas etapas seletiva e formativa do processo de seleção de diretor escolar e diretor adjunto das escolas estaduais de Pernambuco. A etapa seletiva compreende:

- 1. Curso de aperfeiçoamento de 180 horas, sendo 96 horas presenciais e 84 horas a distância;*
- 2. Certificação, que tem como finalidade identificar um conjunto de competências profissionais relacionadas à gestão escolar.*

Como continuidade ao processo de qualificação profissional, a etapa formativa tem como objetivo promover o aprofundamento e a ampliação de conhecimentos indispensáveis ao exercício das funções e compreende :

- 1. Curso de Especialização*
- 2. Curso de Mestrado Profissional*

Para a realização do PROGEPE, será disponibilizada a Comunidade Virtual de Aprendizagem, um ambiente onde é possível acessar os conteúdos dos cursos de aperfeiçoamento, especialização e mestrado, bem como atividades complementares, como biblioteca virtual e links com temas afins. A comunidade virtual tem como objetivo promover a interação de gestores, professores e demais servidores, assim como a disseminação de experiências exitosas em gestão. Para participar, acesse o Portal Educação em Rede: www.educacao.pe.gov.br.

Os diretores escolares e diretores adjuntos nomeados deverão participar do Curso de Especialização como condição para investidura da função pleiteada, havendo também vagas reservadas para todos os técnicos certificados no âmbito do Programa de Formação de Técnicos Educacionais - PROTEPE.

Para o Curso de Mestrado Profissional, serão disponibilizadas 40 vagas para os diretores escolares e diretores adjuntos certificados e 10 vagas para os técnicos certificados.

O PROGEPE e o PROTEPE são realizações da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, sob a coordenação da Secretaria Executiva de Gestão da Rede.

Esperamos que estas ações contribuam de fato para construirmos a excelência em gestão escolar em Pernambuco, pois educação de verdade se faz com responsabilidade.

Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco